

# Só a esquerda aparece no 'Diário da Constituinte'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Diário da Constituinte — elaborado pelo Congresso Nacional e apresentado diariamente nas emissoras de TV, nos horários nobres — deverá dar a todos os parlamentares dos diversos partidos e ideologias a mesma oportunidade de aparecer na televisão, defendendo suas posições. A exigência foi levada ao 1º secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), responsável pelo programa, por representantes dos grupos de centro que se julgam prejudicados e discriminados.

Uma amostragem do programa nos meses de abril e maio revelou, por exemplo, que o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) deu cinco entrevistas, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), também cinco e Artur da Távora (PMDB-RJ), seis. Com apenas 15 constituintes, o PT deu mais de 20 entrevistas, enquanto o PTB, com 19 parlamentares, só deu seis, e Fernando Henrique Cardoso apareceu quase diariamente.

Revoltados, os porta-vozes dos constituintes que se julgam discriminados, entre eles os do PDS e do PTB, denunciaram o caráter ideológico do programa e a oportunidade de aparecer oferecida apenas às "estrelas" da Constituinte. Um deles — do PDS —, com o levantamento nas mãos, argumentava que seus eleitores não acreditam que ele esteja participando da elaboração da nova Constituição, por dois motivos: não aparece mais no seu estado nem na televisão.



# Destino das terras ociosas vai a plenário

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Renato Vianna (PMDB-SC) apresentou emenda no plenário da Constituinte propondo a ocupação racional das terras ociosas. Ele considera um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra a forma pela qual está disposto o capítulo da reforma agrária, acreditando que o tema tem chances de evoluir na votação em plenário.

Vianna é contrário à fixação de módulos na zona rural e favorável a se dar terra a quem quer produzir. E lembrou que o País não pode, agora, repetir o erro que foi a construção da transamazônica, cuja finalidade apresentada na época era diminuir o êxodo para o Sul, evitando sufocar Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio com os flagelados, o que não ocorreu.

"Em vez de reforma agrária, recorria-se ao expediente de desviar os flagelados. Gastou-se enormes na construção da rodovia, porém, a malária, os índios e as terras impróprias para a agricultura e os altos custos de transportes, na maior parte da Bacia Amazônica, levaram à ruína as agrovilas tentadas. A estrada foi destruída pelo abandono e as populações flageladas continuaram a encaminhar-se para o Sul, em busca de terra e de trabalho" — denunciou.

Ao condenar também a tentativa de criação de novos Estados, o deputado criticou a proposta aprovada no relatório do senador José Richa (PMDB-PR), assinalando que isso aconteceu no mesmo momento em que o governo se queixa da falta de dinheiro para fazer a reforma agrária. "Mas não se leva em conta os enormes recursos financeiros necessários para criar palácios de governadores, secretarias, tribunais, assembleias legislativas, universidades e toda a infra-estrutura em habitações e comodidades de alto nível para a burocracia em plena selva".

Ele denunciou ainda que a criação dos territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia deveu-se exclusivamente ao interesse das mineradoras estrangeiras em evitar a interferência dos governadores estaduais em áreas para as quais era desejável um poder político subordinado aos ministérios, onde já estava montado o apoio favorável à exploração das jazidas, sem ônus — nem de ordem social nem de preservação ecológica.

# O Senado investigará concessões

Com a indicação das lideranças partidárias, o Senado constituiu ontem a CPI que investigará eventuais irregularidades na concessão de canais de rádio e televisão.

A CPI será integrada pelos senadores Wilson Martins, Gérson Camata, Leopoldo Peres, Chagas Rodrigues, Nelson Wedekin e Raimundo Lira, pelo PMDB; Edson Lobão e Marcondes Gadelha, pelo PFL; e Mário Maia, do PDT, representando os pequenos partidos.

# Éguas roubadas

04 Éguas mangalargas registradas cor - Alaza, prenches. Roubadas da fazenda Solange-Fernando José Santos Santa Cruz do Rio Pardo SP. Informações - Tel. (0143) 72.1389 e 72.2374. Gratificasse muito bem.

# Para Izar, estabilidade é "utopia e demagogia"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ricardo Izar (PFL-SP) acusou ontem, em discurso na Assembleia Nacional Constituinte, a Comissão de Ordem Social de haver-se "afastado da realidade brasileira e ingressado no terreno da utopia e da demagogia trabalhista" ao aprovar a jornada semanal de 40 horas, a estabilidade, reduzir o tempo de aposentadoria e criar facilidades para a deflagração de greves.

"Enquanto o País precisa de trabalho e esforço para se desenvolver, para superar a mais grave crise de sua história", sustentou Ricardo Izar, "um grupo de constituintes pa-

rece continuar nos palanques e cria um quadro preocupante e ilusório para seus supostos beneficiados".

Ricardo Izar observou que, a serem mantidos aqueles preceitos, a oferta de empregos cairá e isso terá repercussões economicamente desastrosas, sobretudo para as pequenas e médias empresas.

As teses do deputado por São Paulo foram contestadas pelo constituinte Carlos Cardinal (PDT-RS), para quem o valor real dos salários enfrenta perda sem precedentes e que, ao contrário, a semana de 40 horas significará a incorporação de maiores contingentes ao mercado de trabalho, tese somente contestada por uma "minoridade privilegiada".



Ricardo Izar

# O que é empresa nacional?

O deputado Renato Vianna (PMDB-SC), relator-auxiliar da Comissão de Sistematização, anunciou ontem que vai propor uma nova definição de empresa nacional no capítulo da Organização do Estado, com o objetivo de compatibilizar os vários textos aprovados nas subcomissões e comissões temáticas.

No parecer que entregará ao senador Bernardo Cabral, segunda-feira, ele altera a redação do artigo 8º do substitutivo do senador José Richa (PMDB-PR), aprovado na Co-

missão de Organização do Estado, para estabelecer que será considerada empresa nacional aquela cujo capital não estiver sujeito a "ônus por financiamentos externos nem a remessa de juros, dividendos ou royalties para o Exterior, por parte dos acionistas".

Renato Vianna propõe, ainda, penalidades pesadas aos infratores, como a interdição do estabelecimento e prisão dos responsáveis. Renato Vianna explicou que o seu objetivo é ressaltar o espírito nacionalista das diferentes definições até agora apresentadas.

# Deputado não quer criação de novos Estados

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Renato Vianna (PMDB-SC) defendeu ontem, no plenário da Constituinte, a anulação dos artigos 5º, 6º e 7º das disposições transitórias do anteprojeto da Comissão de Organização do Estado — relatado pelo senador José Richa (PMDB-PR) — criando mais cinco estados (Santa Cruz, Triângulo Mineiro, Maranhão do Sul, Juruá e Tapa-jós) e elevando a estados os territórios de Roraima e Amapá, por considerá-los um "contra-senso total no momento".

Integrante do grupo de oito relatores-auxiliares da Comissão de Sistematização, Vianna entende que a aprovação da iniciativa de criar a Comissão de Redivisão Territorial do País (artigo 4º do anteprojeto de Richa) precedeu e tornou prejudicada a aprovação de criação imediata dos novos estados. Ele disse que apresentará ao deputado Bernardo Cabral, relator-geral da comissão, parecer sugerindo prioridade à Comissão de Redivisão Territorial, a quem deverá competir a decisão quanto à viabilidade de criação dos novos estados.

Assinalou Vianna que, no caso da criação dos novos estados, ocorreu uma clara contradição entre o art. 4º e os artigos 5º, 6º e 7º, que se anteciparam a esses estudos. Pelo seu raciocínio deve prevalecer a criação da comissão territorial, porque foi aprovada primeiro. Mas caberá a Bernardo Cabral decidir se manterá o artigo 4º e as atribuições delegadas à comissão — suprimindo, neste caso, os outros artigos — ou se fará o contrário.

Renato Vianna considera viável, no momento, somente a criação do Estado de Tocantins, tanto em relação aos aspectos de ordem social, técnica e econômica, e também pelo clamor popular, quanto principalmente, pelo compromisso assumido por Goiás em evitar todos os gastos com esta divisão territorial. "Diante das enormes dificuldades financeiras do País, não há recursos para criar, neste momento, novos estados, novos palácios e salários para novos mandantes na selva amazônica", assinalou o parlamentar catarinense. Destacou que também no interesse do País deve prevalecer a precedência de um estudo sobre as possibilidades e das vantagens do desmembramento territorial, para criação de novos estados. Lembrou que o Congresso Nacional, embora aprovando a criação do Estado de Tocantins, renunciou posteriormente ao veto do presidente da República, mantido até agora.

Entende Renato Vianna que se deve evitar repetir "o equívoco" como o da criação de Rondônia, com a renovação, agora, da tentativa de encaminhar para a selva amazônica as populações flageladas, para que "a malária e as adversidades da terra sacrificiem essa infeliz porção de brasileiros", como aconteceu naquele estado.

# A insatisfação dos baianos

SALVADOR  
AGÊNCIA ESTADO

Foi instalada ontem, na Assembleia Legislativa da Bahia, uma comissão especial superpartidária que se encarregará de coordenar o movimento, deflagrado também pelos setores empresariais do Estado, pela preservação da integridade do território baiano. Os deputados temem a aprovação pela Constituinte da criação do Estado de Santa Cruz — com a separação das regiões sul e sudeste da Bahia. Estão preocupados ainda com as propostas que transferem para os Estados de Pernambuco e Minas Gerais, parte do território baiano.

Se todas as sugestões forem aprovadas, segundo os deputados, a Bahia se resumirá ao Recôncavo, já que a região Nordeste — a mais pobre do Estado — é reivindicada por Sergipe. Assim como os políticos, os empresários baianos estão preocupados com a possibilidade de divisão e lançaram o movimento "A Bahia não se divide", assumindo o compromisso de pressionar os constituintes para derrubar na votação em plenário todas as propostas que alterem as fronteiras do Estado.

# Governadores, uma força na convenção

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Quase todos os governadores do PMDB deverão tentar influenciar as respectivas bancadas e os delegados à convenção nacional extraordinária do partido, dias 18 e 19 de julho, principalmente em dois temas da pauta: sistema de governo e mandato presidencial. Alguns líderes peemedebistas influentes, mesmo admitindo a hipótese de que muitos convencionais não seguem a orientação de seus governadores, esperam um reforço considerável à decisão do mandato de cinco anos — para Sarney e como regra permanente na nova Constituição.

Quando ao sistema de governo, a divisão que existe no PMDB deverá dificultar a ação dos governadores sobre os parlamentares e convencionais. O presidencialista Ulysses Guimarães tem comentado com alguns constituintes, informalmente, que, no momento, é nítida a preferência da maioria pelo parlamentarismo. Os mais recentes interlocutores foram o 1º vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos (PFL-MG), e o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). Os dois notaram o presi-

dente da Constituinte muito preocupado com a tendência parlamentarista.

O mandato de cinco anos anunciado pelo próprio presidente da República, como regra, está longe de ser uma questão decidida, conforme Sarney afirmou na sua entrevista coletiva. A manifestação dos vereadores, quinta-feira última, em Brasília, pelos quatro anos, foi uma pequena demonstração de que a Constituinte ainda não se definiu. Muito menos o PMDB.

## OS VOTOS

Confirmadas as datas da convenção nacional extraordinária, todas as facções do PMDB estão tratando de estabelecer mala direta com os convencionais. Cada corrente pede apoio à sua posição e principalmente às diretrizes sociais e econômicas, baseadas nas linhas programáticas do partido.

O total de votos na convenção será de 877, incluídos os dos não-parlamentares que integram o Diretório Nacional e os dos delegados regionais. Todos os 304 parlamentares do PMDB (45 senadores e 259 deputados) são convencionais. Alguns com dois, três ou quatro votos, pela

condição de parlamentar, membro do Diretório Nacional e delegado à convenção. O senador paulista Fernando Henrique Cardoso é o único com quatro votos — senador, delegado do Diretório Regional à convenção nacional, líder e membro do Diretório Nacional. Serão quatro votos pelo mandato de quatro anos a Sarney.

A maior delegação é a de São Paulo, com 109 votos, seguindo-se as de Minas, com 104, Paraná com 83, Bahia com 55, Rio Grande do Sul com 52, Pernambuco com 46, Goiás com 45 e Pará com 37 votos. A menor delegação é a do território do Amapá: quatro votos.

Dos outros diretórios regionais o quadro é o seguinte: Acre, 18 votos; Amazonas, 18; Rondônia, 18; Maranhão, 14; Sergipe, 13; Espírito Santo, 28; Distrito Federal, 9; Mato Grosso, 28; Mato Grosso do Sul, 22; S. Catarina, 32; e território de Roraima, cinco votos.

Além dos 304 parlamentares, participam da convenção do PMDB 68 integrantes do Diretório Nacional que não exercem mandato legislativo — governadores, ex-governadores, ministro e ex-ministros, líderes regionais — e 460 delegados regio-

nais (vários deles também parlamentares).

Para tentar anular a possível influência de governadores na questão da duração do mandato presidencial, os parlamentares que seguem a liderança do senador Mário Covas pretendem fazer proselitismo programático. Um dos itens da pauta é "PMDB é a Constituinte — questões programáticas". O objetivo é o de convencer a maioria dos convencionais a assumir posição em questões econômico-sociais, sem arranhar o programa partidário.

Pensam mais no problema do sistema de governo e da duração do mandato, o presidente do partido, Ulysses Guimarães, espera que as decisões da convenção nacional extraordinária sejam acatadas por todo o PMDB, principalmente pelos seus representantes na Constituinte. Ulysses recela a tendência parlamentarista, mas acredita em manifestação favorável aos cinco anos, para Sarney e sucessores. No exame de problemas econômico-sociais, ele se revela realista. Sabe que muitos deverão acatar propostas chamadas xilias, defendidas pelo líder Mário Covas.

# PMDB 'não precisa acatar decisões'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O que foi decidido na convenção nacional extraordinária do PMDB, dias 18 e 19 de julho, não precisará ser obrigatoriamente seguido pelos peemedebistas. Foi o que disseram ontem os deputados Prisco Viana (BA) e Heráclito Fortes (PI). Ambos defendem cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Já o senador cearense Mauro Be-nevides, considera que a desobediência às decisões do órgão máximo do partido implicaria sanções, com processo instaurado pelo Conselho de Ética.

O artigo 13 dos estatutos do PMDB diz que o filiado ficará sujeito a medidas disciplinares, quando contrariar as deliberações regularmente tomadas em questões fundamentais.

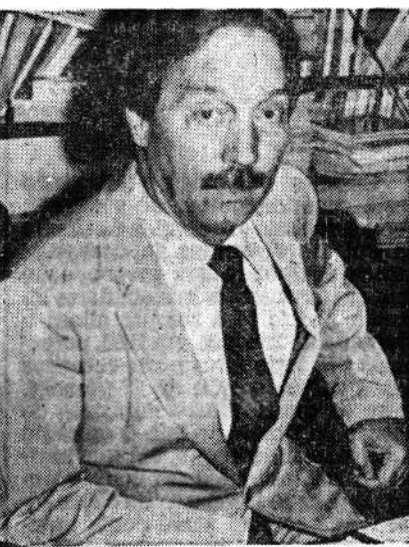
As medidas disciplinares são advertência, suspensão por três a 12 meses, destituição de função em órgão partidário e expulsão, com cancelamento da filiação. O mesmo estatuto estabelece no artigo 16 que "o titular de mandato legislativo perderá o mandato se, por atitudes ou votos, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária". Este dispositivo foi incluído no estatuto com base em artigo da Constituição que tratava da disciplina partidária.

Segundo Prisco Viana, a convenção será inócua, pois o PMDB não poderá impor nada a ninguém, até porque, na Constituinte, não há líderes nem liderados. Ele disse ainda que as decisões da reunião dos dias 18 e 19 de julho serão acatadas na medida em que expressarem a média do pensamento do partido, sobre as questões submetidas à deliberação dos convencionais.

Prisco lamentou o fato de o PMDB (e os demais partidos) não ter cuidado de unificar sua posição a respeito dos temas constitucionais no tempo oportuno — antes que se iniciasse a fase de decisões da Constituinte.

"Faltou ao PMDB cautela de elaborar uma proposta que representasse a média das aspirações do corpo partidário", disse o representante da Bahia.

Qualquer medida disciplinar poderia ser anulada na Justiça Eleitoral, lembrou Prisco Viana, pela inexistência de norma constitucional sobre comportamento partidário. No PMDB, há tempos não funciona o Conselho de Ética partidária.



Prisco Viana

# Ulysses colhe opiniões sobre o novo regime

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, almoçou ontem com 11 peemedebistas que não integram a tradicional "turma do poiré". Ele ficou "impressionado" com a tendência majoritária em favor do sistema parlamentarista. O deputado Albe-rício Filho (PMDB/MG), primo do presidente Sarney, aproveitou para anunciar que Ulysses Guimarães é o seu candidato a primeiro-ministro. Dos 11, apenas o deputado Wagner Lago (PMDB/MA) apóia a manutenção do presidencialismo.

Na conversa informal do almoço, num restaurante, Ulysses Guimarães manifestou preocupação com a proposta de reforma agrária aprovada na Comissão de Ordem Econômica, dizendo que o texto da nova Constituição não pode ser "mais atrasado" do que o Plano Nacional de Reforma Agrária em vigor.

Outra questão que ele entende merecer estudos mais apurados é a estabilidade no emprego. Na sua opinião ela não pode ser tão automática quanto se pretende. Ulysses Guimarães está aproveitando os encontros com os peemedebistas para lembrar os pontos programáticos do partido e a necessidade de sua observância na elaboração da futura Constituição.

# 'Mandato de Sarney pode ser de 6 anos'

PORTO ALEGRE  
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli (RS), afirmou ontem, em Porto Alegre, que se o novo Plano Cruzado decretado pelo governo for certo, a Assembleia Nacional Constituinte poderá manter em seis anos o mandato do presidente José Sarney, conforme estabeleceu a atual Constituição.

"Os cinco anos estão bem encaminhados, e não me surpreenderei se a opção final for pelos seis anos", declarou o parlamentar gaúcho, para quem o debate sobre a duração do mandato presidencial é motivado muito mais por motivos econômicos que políticos. O senador lembrou que, antes da decretação do Plano Cruzado I, no ano passado, a popularidade do presidente Sarney estava em baixa, e logo após subiu vertiginosamente. Ninguém mais se interessava se o presidente ficaria quatro, seis ou dez anos no cargo.

Por outro lado, o líder do PFL condenou o projeto em debate na Constituinte, que institui o sistema parlamentar de governo já a partir de março do próximo ano. Para Chiarelli, o parlamentarismo é efetivamente um regime de governo mais aperfeiçoado e deve ser implantado, mas para vigorar apenas a partir da posse do sucessor de José Sarney. O senador sustentou que o intervalo entre a aprovação do parlamentarismo e a sua vigência serviria para a adaptação das instituições ao novo regime. Além disso, ponderou que os presidentes devem ser eleitos com poderes definidos, sem mudanças bruscas em meio de mandato.

Quando aos trabalhos da Constituinte, Carlos Alberto Chiarelli previu que, a partir de agora, as decisões tenderão a ser "radicalmente equilibradas". Ele argumentou que nas subcomissões e nas comissões temáticas "houve exacerbações e um confronto muito grande de natureza ideológica. As minorias, de esquerda e de direita, foram muito ruidosas, havendo uma preocupação maior de ser 'anti', isto é, de impedir o avanço dos grupos contrários. Trabalhou-se em cima do papel em branco e ainda muito com os discursos de palanque, e os resultados por vezes foram agressivos".

Agora, no entanto, prosseguiu o líder do PFL no Senado, "chegamos ao estágio de ter de construir, de fazer algo, de ser a favor de propostas, de arguir a casa. Todos já viram que passou metade do tempo previsto para os trabalhos da Constituinte, e vão começar os processos de ajuste e alinhamento em torno de coisas concretas e objetivas". Para Chiarelli, mesmo nas questões mais polêmicas, como as de política agrária, educação, comunicação e investimento de capitais, "não há posições irreconciliáveis. Afinal, se queremos um processo de transição democrática, sabemos que precisa haver transação".

# O Centro Democrático pede diálogo e abertura

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A grande esperança do grupo Centro Democrático do PMDB neste momento é o relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral, segundo afirmou ontem o deputado Marcos Lima (PMDB-MG): "Ele é integrante do nosso grupo e temos com ele abertura e diálogo".

Marcos Lima — um dos mais expressivos membros do Centro Democrático e seguidor do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna — disse estar satisfeito com o rumo que a Constituinte vem tomando, mas observou que o momento é de armar estratégia com o objetivo de impedir que as conquistas dos liberais sejam afetadas até o final do trabalho constituinte.

Por essa razão, os liberais terão

uma reunião na terça ou quarta-feira, com a seguinte pauta: fortalecimento do grupo, política de entendimento com o PMDB, análise da posição que será assumida na convenção nacional do partido marcada para julho e formas políticas de dar força total ao relator Bernardo Cabral.

Segundo Marcos Lima, o Centro Democrático, que se aliou ao PFL, ao PL e ao PDS nas subcomissões e nas comissões temáticas da Constituinte, precisa agora mostrar boa vontade com o PMDB, o que pode ser conseguido através do diálogo, para manter suas teses na Comissão de Sistematização.

A reunião, de acordo com Marcos Lima, poderá determinar a conveniência ou não de o Centro Democrático continuar aparentemente discreto: "Nós precisamos pensar se o momento é para mostrar a nossa cara".